

ESPORTES

correio braziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Finalistas em campo

Envolvidos na final da Copa do Brasil, Flamengo e Atlético-MG darão uma pausa no planejamento para jogarem na Série A do Brasileiro. Às 21h, o rubro-negro encara o Cruzeiro, no Mineirão, enquanto o Galo duelo diante do Atlético-GO, no Antônio Accioly. As partidas são importantes para os times não se distanciarem das brigas por G-6 e G-9. Cariocas e mineiros irão poupar alguns jogadores visando a volta do mata-mata, no domingo, às 16h, na Arena MRV. O Fla venceu a ida, por 3 x 1.

MANIPULAÇÃO Bruno Henrique é alvo de operação da Polícia Federal para apurar possível fraude em cartão amarelo recebido em Brasília, em novembro de 2023. Atacante do Flamengo engrossa lista de atletas de ponta investigados em casos de apostas

Patamar suspeito

DANILO QUEIROZ
MARCOS PAULO LIMA

Foi-se o tempo no qual jogadores eram convocados somente pelo técnico da Seleção Brasileira. O descontrole das fraudes em partidas de futebol no Brasil deve levar mais um atleta de ponta sob investigação a depor em uma Comissão Parlamentar de Inquérito, no Congresso Nacional, na condição de testemunha. Depois de Lucas Paquetá (West Ham) e da possibilidade de Luiz Henrique (Botafogo) comparecerem ao Senado Federal, Bruno Henrique (Flamengo) será escalado pelos parlamentares Jorge Kajuru (PS-B-GO) e Eduardo Girão (Novo-CE) a falar na CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas. Todos podem ser alvos também da CPI das Bets, com data de lançamento marcada para terça-feira.

A situação do camisa 27 do Flamengo é consequência do novo desdobramento de possíveis casos de manipulação no país. Ontem, Bruno Henrique foi alvo da Operação Spot-Fix, da Polícia Federal em parceria com o Gaeco e o MPDFT, como suspeito de participar de um suposto arranjo na derrota do rubro-negro, por 2 x 1, para o Santos, em 1º de novembro do ano passado, no Mané Garrincha, em Brasília, pelo Campeonato Brasileiro. As investigações apuram se o atacante agiu deliberadamente para ser punido com cartão amarelo pelo árbitro Rafael Klein. O jogador recebeu a advertência após falta em Soteldo, reclamou acintosamente e acabou expulso.

Três casas de apostas registraram fluxo incomum de palpites para BH receber um amarelo. Nove delas, no valor máximo e em um espaço temporal de três horas, ocorreram na Betano, patrocinadora do Brasileiro, da Copa do Brasil e do Atlético-MG. Segundo a empresa, 98% do volume em cartões estava direcionado ao camisa 27. A KTO e a GaleraBet identificaram a mesma anormalidade. Para os investigadores, o fenômeno indica conhecimento prévio dos

Art. diagramação



apostadores quanto a ocorrência do evento. Novas, algumas contas estão cadastradas com os dados de pessoas próximas ao jogador. Wander Nunes Pinto Júnior, Ludymilla Araújo Lima e Poliana Ester Nunes Cardoso — irmã, cunhada e prima do atacante — estão entre os suspeitos na possível fraude.

Ontem, a polícia cumpriu 12 mandados de busca e apreensão na casa de Bruno Henrique, no Ninho do Urubu e em endereços localizados em Belo Horizonte, Vespasiano (MG), Lagoa Santa (MG) e Ribeirão das Neves (MG). Pego de surpresa, o jogador foi acordado pelos investigadores por volta das

6h. Abalado pela abordagem, teria chorado e demonstrado apreensão, de acordo com bastidores revelados pelo *ge.globo*. O celular e o notebook do atleta foram apreendidos para aprofundamento da investigação. Tudo passará por perícia em busca de novas evidências. Mesmo diante da situação atípica,

o atleta pediu para ser relacionado para o jogo de hoje, às 21h, contra o Cruzeiro, e deve atuar como titular.

Bruno Henrique não se manifestou após a operação de ontem. Na defesa no Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), o jogador disse ter “se lançado em direção à bola, com o único objetivo

de recuperá-la atingindo acidentalmente o atleta adversário”. Outro argumento é o fato de o atleta estar pendurado. O amarelo teria sido forçado para não arriscar desfalcar o Flamengo contra o Palmeiras. Na ocasião, o rubro-negro sonhava com o título brasileiro. O clube carioca declarou estar à disposição das autoridades e manifestou apoio ao camisa 27, com base na presunção de inocência.

O convite para depor no Congresso deve seguir os moldes das convocações a Paquetá e a Luiz Henrique. “Embora o depoimento seja indispensável, a condição de testemunha não pode mais ser cogitada. Trata-se de um cidadão investigado pelo MPDFT e pela Polícia Federal”, explica Kajuru. “Considere-se que o depoimento do Sr. Bruno Henrique Pinto permitirá a elucidação de diversos aspectos relacionados ao objeto de investigação da presente Comissão”, diz um trecho do requerimento assinado pelo senador Eduardo Girão.

O depoimento de Lucas Paquetá foi adiado para 3 de dezembro. Os defensores do jogador destacaram o fato de ele estar concentrado na defesa perante a Associação de Futebol da Inglaterra (FA, na sigla em inglês). O meio-campista do West Ham pode até ser banido do esporte. Na última semana, Bruno Tolentino, tio do atleta, compareceu ao Senado, mas ficou em silêncio, amparado por habeas corpus do STF. Os senadores devem pedir a quebra do sigilo bancário, telefônico e telemático.

Alvo da Justiça da Espanha, Luiz Henrique é investigado por volume incomum de apostas em cartões quando ele atuava no Real Bétis. Um depósito de R\$ 40 mil feito por familiares de Paquetá também é apurado. Em entrevista nesta semana ao *ge.globo*, o atacante do Botafogo diz estar blindado para a situação não interferir nas atuações nos gramados. “Mesmo com algumas pessoas tentando me atrapalhar e apagar meu brilho, sou um cara que consigo colocar na minha mente que isso não vai tirar meu foco”, destacou.

ENTREVISTA — PAULO SCHMITT

Presidente do Comitê de Integridade e Apostas Esportivas, Consultor de Integridade do Comitê Olímpico do Brasil (COB), Divisão de Prevenção e Combate à Manipulação de Competições, Presidente do Comitê de Integridade da Federação Paulista de Futebol (FPF) e ex-procurador-geral do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD)

Em meio ao aumento de casos de manipulação esportiva com mais um caso de repercussão, o que pode ser feito para minimizar o problema no Brasil? Em que esse caso do Bruno Henrique pode ajudar nessa iniciativa?

É preciso definitivamente implementar uma normatização de integridade que contemple uma Plataforma Nacional de Combate à Manipulação de Competições, tal como preconiza a Convenção de Macolin que, lamentavelmente, o Brasil ainda não é signatário. Essa Plataforma surge da necessidade urgente de enfrentar fraudes esportivas no Brasil de forma coordenada. Casos recentes, como o de Bruno Henrique, mostram, se confirmado, como a manipulação nas apostas pode comprometer a integridade do esporte. A investigação desse caso evidencia a importância de um fluxo de informações eficiente entre autoridades policiais, judiciárias e plataformas de apostas para identificar e agir contra atividades suspeitas rapidamente.

Como essa plataforma funcionaria em termos de estrutura e coordenação federal?

A ideia seria criar uma agência federal específica, que possa centralizar todas as denúncias e conduza as investigações. Ela seria responsável por coordenar ações nacionais e teria o apoio de forças policiais locais e federais, além de parceria com o Ministério Público e Justiça Desportiva. Essa centralização garantiria um monitoramento mais abrangente e, ao mesmo tempo, permitiria uma resposta rápida quando surgissem denúncias.

O senhor mencionou o fluxo de informações entre plataformas de apostas e autoridades. Como isso funcionaria?

Esse fluxo de informações é um dos pontos principais da proposta. As plataformas de apostas emitiriam relatórios detalhados de atividades suspeitas diretamente para a agência e autoridades de investigação. Dessa forma, conseguiríamos rastrear transações anômalas e

Arquivo Pessoal



as informações e documentos necessários em uma única interface.

A área de apostas tem se expandido no Brasil. Como essa plataforma lidaria com o monitoramento desse setor?

A proposta é aplicar uma regulação rigorosa, na qual apenas operadores licenciados e dispostos a colaborar possam atuar no Brasil. Poderia ser criado um Centro de Monitoramento de Apostas, com a participação de empresas de monitoramento e integridade especializadas que rastreariam atividades suspeitas em tempo real e exigiriam auditorias periódicas nas plataformas de apostas. Isso asseguraria um ambiente controlado e transparente, promovendo a confiança pública no setor.

Como a tecnologia seria usada para detectar manipulações?

É preciso investir em inteligência artificial e “Big Data” para analisar padrões suspeitos e prever manipulações. Ferramentas de análise preditiva rastreariam padrões anormais, como apostas incomuns ou sequências de resultados improváveis. Além disso, os dados de apostas seriam cruzados com informações financeiras e outras variáveis,

possibilitando uma resposta proativa e antecipada às fraudes.

O que a plataforma prevê para a educação e conscientização dos profissionais do esporte?

Programas educacionais e campanhas de conscientização direcionadas a atletas, técnicos e dirigentes sobre os riscos da manipulação e os meios de denúncia são fundamentais. Esse programa precisa incluir treinamentos regulares e manuais de orientação, além de garantias de proteção ao denunciante, promovendo uma cultura de integridade no esporte.

E para garantir a transparência, a plataforma prevê alguma forma de comunicação pública?

Sim, a proposta incluiria um portal de transparência, na qual atualizações sobre investigações e estatísticas de casos resolvidos seriam publicadas. Além disso, relatórios anuais auditados seriam disponibilizados ao público, reforçando a credibilidade e a confiança na plataforma.

Como a legislação se insere nessa proposta?

Trabalhar junto ao Congresso para criar um marco regulatório é essencial. Esse marco

obrigaria a colaboração de entidades esportivas, clubes e operadores de apostas. A legislação incluiria sanções rigorosas e incentivos para denúncias, formalizando parcerias com entidades como o órgão disciplinar arbitrais como o Comitê de Defesa do Jogo Limpo do COB e também a Interpol, visando um combate efetivo e multidisciplinar às manipulações.

Essas ideias representam um avanço significativo. Acredita que o Brasil possa se tornar um exemplo nesse campo?

Sem dúvida. A experiência dos casos de fraudes esportivas em mercados secundários e a regulamentação em curso nos permitem vislumbrar um sistema nacional robusto e integrado. Com essa plataforma, o Brasil poderá transformar a maneira como lida com manipulações esportivas, tornando o ambiente mais seguro e transparente para todos os envolvidos. Estamos, de fato, caminhando para um ambiente de apostas mais controlado e regulado, no qual a integridade do esporte possa ser plenamente assegurada, proporcionando segurança tanto para os profissionais envolvidos quanto para o público que acompanha.